MENTES PERIGOSAS: A NORMATIZAÇÃO MIDIATIZADA MORA AO LADO

Danielle Ramos Brasiliense*

Resumo: Estamos num tempo em que os discursos sobre mentes perigosas e a obscuridade do mal têm circulado significativamente em nossa cultura. Junto destes discursos, que tentam decifrar o enigma da perversidade humana, estão as narrativas normatizadoras que se posicionam como fala de verdade para prevenir a sociedade de tais males. A mídia é grande contribuidora desta normatização, com suas narrativas de apelo pela ordem social. Os sujeitos protagonistas da maldade, os psicopatas, os serial killers e os parricidas são classificados como personagens monstruosos que, indiscutivelmente, desagradam a ordem social. Mas o que ainda sustenta o discurso desta ordem? O que pode ser caracterizado como normal e anormal no mundo desconhecido da mente humana? Quando são publicadas as narrativas midiáticas sobre crimes atrozes, que tipo de ordem se quer preservar? Uma ordem familiar burguesa e domada pela moral? A partir destas questões, este artigo pretende analisar o gerenciamento midiático sobre os crimes cometidos por sujeitos ditos monstruosos e entender o engajamento desta cultura pela manutenção da ordem.

Palavras-chave: mídia, normatização, psicopatas, família, anormalidade.

Abstract: We are in a time when the discourses about dangerous and dark minds of evil have been circulating in our culture significantly. Along with these speeches, trying to decipher the riddle of human perversity, are normalizing narratives that are positioned as speaking truth to prevent society from these evils. The media is big contributor to this regulation, with its narratives of appeal for social order. The protagonists of evil, psychopaths, serial killers and parricidal are classified as monstrous characters who undoubtedly displease the social order. But that still maintains the discourse of this order? What can be characterized as normal or abnormal in the unknown world of the human mind? When the stories are published on media atrocities, what kind of order if you want to preserve? A bourgeois family order and tamed by moral? From these questions, this article analyzes the media management over crimes committed by subjects told monstrous engagement and understanding of this culture for maintaining order.

Keywords: media, normalization, psychopaths, family, abnormality.

Introdução

E os discursos de verdade que fazem rir e que têm o poder institucional de matar são, no final das contas, numa sociedade como a nossa, discursos que merecem um pouco de atenção.

Michel Foucault

^{*}Professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutoranda na Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Revista EPOS Rio de Janeiro - RJ VOL.1 I Nº2 I Outubro 2010 ISSN 2178-700X (UFRJ).

A última novela da escritora Glória Peres, transmitida pela Rede Globo, Caminho das Índias, trouxe como vilã, Yvone, uma personagem psicopata vivida pela atriz Letícia Sabatella. Yvone escondia sua perversidade com condutas de normalidade e seu interesse era destruir uma família. A atuação desta personagem deu abertura para uma ampla discussão midiática a respeito dos sujeitos psicopatas. Foram questionados a natureza, a identidade, o comportamento e os padrões que caracterizam esses tipos de pessoas. A grande questão tratada pela mídia foi: pessoas aparentemente normais poderiam ser os nossos maiores inimigos. Esta ideia consiste na invisibilidade do mal que assusta a sociedade de modo geral e abre precedentes de exposições espetaculares dadas pela cultura midiática que se esforça para enquadrar esse mal e torná-lo conhecido.

Algumas reportagens entrevistas com psicanalistas foram apresentadas na TV no auge do sucesso desta novela. Uma das exibições que nos chamou a atenção foi a entrevista com a escritora Ana Beatriz Barbosa Silva, do livro Mentes perigosas, o psicopata mora ao lado, no progama Happy Hour, do canal GNT. A autora do livro é questionada pela apresentadora do programa, Helena Calábria, sobre como identificar os traços da psicopatia. Ana Beatriz diz que o psicopata não tem afetividade e empatia pelo outro, e no caso de crianças, essa característica pode ser percebida pelo mau trato aos animais, ou aos colegas. A criança psicopata, segundo a escritora, gosta de impor suas vontades, manipula os pais e tem choro falso. Já sobre os adultos, ela diz que se deve ter cuidado com pessoas que elogiam demais e depois contam histórias tristes, dignas de pena.

Esse discurso nos lembrou o caso de Pierre Riviére de 1836, analisado por Foucault (1977) em *Eu Pierre Riviére que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*, que também segue esta lógica de justificativa para o ato criminoso. Os médicos legistas que fizeram os laudos que condenaram Riviére por matar sua família buscavam, em geral, demonstrar que o rapaz apostava em diversos

-

¹ http://www.youtube.com/watch?v=ZILD3118FBA

prazeres que fariam suspeito o seu caráter monstruoso, como matar animais, ou fazer chantagem afetiva com as crianças com quem convivia, dando-lhes ordens violentas e ameaçadoras. Estas descrições, e toda investigação sobre a vida do criminoso desde sua infância, vão resultar no desdobramento do autor do crime como um típico sujeito monstruoso.

No décimo primeiro capítulo do livro *Mentes Perigosas*, intitulado "Que podemos fazer?", Ana Beatriz diz que a psicopatia detectada logo cedo em crianças pode ser controlada a partir de uma educação rigorosa planejada pela família. A autora lista uma série de posturas que devem ser tomadas pelos familiares que, segundo ela, são de grande importância para "salvaguardar a estrutura familiar e a sociedade como um todo" (SILVA, 2008. p. 172). Ora, percebemos, então, o estabelecimento de uma norma, ou uma receita para detectar psicopatas e ter a chance de enquadrá-los no regime da normalidade após o seu reconhecimento. E a família é o centro de prevenção contra a monstruosidade.

Não entraremos no mérito de discussões sobre a análise psiquiátrica feita por Ana Beatriz, especialmente no que diz respeito às condições fisiológicas apresentadas por ela no livro, sobre esses tipos de sujeitos. E muito menos julgaremos aqui se há ou não coerência nas teorias usadas para a conclusão de seu estudo. Mas o que consideramos fundamental neste artigo é entender as afinidades e proximidades narrativas da cultura midiática com esses tipos de discursos feitos a respeito da anormalidade, principalmente no que tange à idéia da família como pilar de regulamentação da ordem social.

Gloria Perez contribuiu com a apresentação deste livro e publicou em seu blog *De tudo um pouco*² o vídeo da entrevista acima citada, que causou grande empatia por parte dos seus leitores, que postaram alguns comentários como esses selecionados: 1) Como fica claro o que é um psicopata. Minha nossa como a gente pode ter um ao nosso redor, são sintomas apontados pela

.

² http://gloriafperez.blogspot.com/2009/02/ainda-os-psicopatas-yvone.html

escritora, que vemos no nosso dia a dia (Matheus Costa); 2) Quero ler este livro. Fiquei assustada com a entrevista ao perceber que convivemos com psicopatas sem saber, apesar de desconfiarmos que certas pessoas o são. Depois de tudo que ouvi, isso se confirma infelizmente (Artes da Marga); 3) Através da explicação da psiquiatra, foi mais fácil compreender porque a ausência de arrependimento em um psicopata. Eles não sentem nada pelo outro e por isso são incapazes de compreender a dor alheia. Foi possível compreender também a importância e o papel da educação, da família na formação desses indivíduos. É por isso que aquela monstra assassina da Suzane Richthofen não conseguiu chorar na entrevista para o Fantástico, em que ela tinha que mentir sobre sua relação com seus pais.

O primeiro comentário demonstrou que o leitor vislumbrou verdade no discurso de Ana Beatriz e abraçou as ideias da autora. Já no segundo comentário percebemos que o vídeo causou curiosidade em conhecer mais sobre o assunto, mas, ao mesmo tempo, revela insegurança e pesar do leitor ao reconhecer o mal revelado. O último comentário enfatiza a importância do papel da família na formação dos indivíduos e rememora o caso de parricídio cometido por Suzane Von Richthofen, uma referência hoje no Brasil, quando se fala de monstruosidade ou crimes atrozes e surpreendentes.

Destas analises, retiramos três aspectos fundamentais a serem desenvolvidos neste artigo: o primeiro trata da questão da afinidade do leitor com o discurso normatizador, como esse apresentado por Ana Beatriz, que normalmente se faz presente na cultura midiática. O segundo aspecto a ser discutido é a questão da existência do mal e do sujeito visto como anormal, desconhecido e assustador.

O diagnóstico dado por Ana Beatriz aos sujeitos psicopatas e o feedback dos leitores no blog de Gloria Perez nos levam a pensar em algumas condições discursivas contemporâneas normatizadoras sobre os sujeitos considerados maus, que se encaixam nos típicos pareceres da

monstruosidade, como os psicopatas, ou os parricidas. A responsabilidade tomada por Ana Beatriz de detectar o mal e de responder sobre ele é muito próxima da necessidade midiática de informar a sociedade no que consistem os acontecimentos perversos inexplicáveis. Ana Beatriz alerta seus leitores e espectadores ao estabelecer uma norma, uma regra de reconhecimento do mal.

A terceira e última questão diz respeito à consciência social e, portanto, também midiática sobre a importância do lugar da família como geradora de ordem no mundo ocidental em que vivemos. Analisaremos aguns aspectos, por exemplo, os crimes de parricídio cometidos por Pierre Riviére e Suzane Von Richthofen.

O mal é uma desfiguração da normalidade, é o que a sociedade ocidental abomina. Elizabeth Roudinesco (2007), em seu livro *A parte obscura de nós mesmos, uma história dos perversos,* faz o seguinte questionamento: quem são os perversos? E ao final do texto ela responde: os perversos são parte de nós mesmos, uma parte da nossa humanidade, pois exibem o que não cessamos de dissimular: nossa própria negatividade, a parte obscura de nós mesmos. Parece-nos que existe uma natureza do mal no ser humano? Absolutamente não é disso que estamos falando. A ideia de bom ou ruim foi uma separação criada por uma lógica moral. E a partir dessa lógica podemos escolher praticar o que se considera perverso e impuro ou o que se estabeleceu como bom. Ora, se todos nós podemos ser maus o que nos prende ao bem é a moral, a norma, a ordem. O mal, então, é tratado como anormalidade.

Para tanto, acreditamos que um dos motivos de sustentação da norma está nos ideais de família e de ordem social que cultivamos em nossa cultura. A partir dessa lógica de pensamento, consideramos importante perceber como os sentidos discursivos são construídos e culturalmente engessados na sociedade sob a forma de higiene ou cultura da ordem, negando tudo que a

contradiga, ou seja, tudo aquilo que se revela desordenado. A realidade narrativa midiática e dos livros publicados com temas com base na ideia de mal desconhecido tem a tendência de criar representações essencialistas, e é sobre isto que iremos falar.

A vontade de verdade e as normas de reconhecimento do mal

Uma postagem de Gloria Perez no blog *De tudo um pouco*, no dia 16 de agosto de 2007, com o título "Psicopatas: é possível reconhece-los", fala sobre o assassinato de uma arquiteta em São Paulo que é morta pelo porteiro do seu prédio: *De acordo com os moradores, o porteiro era um doce de pessoa – parecia ser. Atencioso, educado, paciente com as crianças*, diz Gloria. Ao final do texto, ela se sensibiliza com uma pesquisa que estaria sendo feita em uma universidade europeia: "se for verdade que pode ser possível identificar esses indivíduos antes que ataquem, nós poderíamos dormir muito mais tranquilos! Afinal de contas, eles podem estar muito próximos de nós, como Suzanne Richthofen, o porteiro de São Paulo, Guilherme de Pádua, Paula Thomaz, Champinha e tantos outros.³

Neste texto de Glória Perez notamos uma vontade de verdade baseada na esperança de que uma pesquisa dê certo. Ou seja, Gloria estava apostando no discurso qualificado de uma instituição científica que poderia impedir a sociedade de passar pelo mesmo trauma que a escritora passou ao perder sua filha brutalmente assassinada. Assim como Glória Perez, todos temos vontade de verdade, vontade de conhecer algo que explique de fato aquilo que desconhecemos, o que parece ser obscuro dentro do campo tradicional da normalidade.

O discurso científico da universidade criou expectativas em Gloria Perez, assim como o livro de Ana Beatriz Barbosa. O reconhecimento desta vontade de verdade está ligado ao que gostamos de ouvir como conforto, como algo

³ Vale lembrar que a filha da escritora, Daniela Perez, foi vítima de um assassinato cometido por duas pessoas consideradas psicopatas. Guilherme de Pádua e Paula Tomás tinham uma vida aparentemente normal e surpreenderam a sociedade com o crime.

que nos tira da angústia e da incompreensão do desconhecido, especialmente, como estamos tratando, do mal invisível. As narrativas que demonstram soluções para acontecimentos brutais e sem explicações óbvias, como o crime cometido por Guilherme de Pádua e Paula Tomas, ou como o de Suzane Von Richthofen, falam de uma verdade que refrigera a alma da sociedade com respostas praticas.

A este tipo de discurso, que se apresenta como autoridade de fala, Foucault chama de "uma força doce e insidiosamente universal" (FOUCAULT, 2002, p. 20). Essa força universal diz respeito a todo o discurso que recebe um status de verdade, que ganha força moral sobre determinada questão social, e que num mundo higienista se apresenta como o melhor dos mundos. Esse mundo é o mundo do discurso que gerencia questões do senso comum, cujo objetivo é praticar a manutenção da ordem como realidade "doce e universal", doce por ser agradável e universal por sua unanimidade.

(...) penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (FOUCAULT, 2002).

Somada a esta reflexão, podemos considerar os ideais do senso comum, que se apresentam dessa forma doce e universal, valores construídos que determinam os lugares de ordem e desordem no campo social. Entendemos que todas as regras formuladas como força de vontade de verdade também criam uma forte distinção entre o que é normal e anormal, pois essas regras são baseadas na existência imaginada de uma sociedade equilibrada com ideais cristãos de pureza.

No dia 14 de setembro de 2009, a revista Época publicou uma matéria exclusiva sobre o caso do assassinato cometido pelo ex-cirurgião plástico Farah Jorge Farah, que revela a ambiguidade no que se considera normal e anormal. O título da capa dizia: "Como pensa e vive um assassino?" Farah matou e esquartejou sua ex-amante Maria do Carmo no ano de 2003, foi condenado a treze anos de prisão, cumpriu quatro anos e quatro meses na

cadeia e ganhou na justiça o direito de esperar a sentença final em liberdade. É estudante de direito e de filosofia em São Paulo e vítima de rejeição de boa parte da sociedade que tem conhecimento do seu ato criminoso: "o povo quer a minha punição ad eternum? Quem não comete pecados? Sou um ser humano, seres humanos agem de forma intempestiva", diz Farah a Época.

O poder Judiciário paulista acatou uma decisão do Supremo Tribunal Federal e concedeu *habeas corpus* a Farah, que, justificando-se, disse ter sido vítima de ameaças de Maria do Carmo e acometido por um surto momentâneo. Farah passou por exames psiquiátricos que confirmaram sua tendência ao desvio de personalidade e perda de controle em situações intensas. Os discursos dos sete psiquiatras que o avaliaram foram publicados nesta mesma matéria da revista *Época*, que fez um gráfico com o título: *Por dentro da mente de Farah*. Este espaço, que toma quase duas páginas da revista, é composto por frases dos diagnósticos dos especialistas que examinaram o criminoso.

Selecionamos algumas frases que, segundo os psiquiatras, caracterizam o assassino: ao falar de si mesmo transmite a impressão de alguém presunçoso e complacente / Comporta-se, às vezes, de maneira dramática e como se estivesse representando / É emocionalmente instável, seu humor tende ao polo depressivo / Não demonstrou arrependimento pelo crime.

A exposição midiática que busca normas para explicar uma atitude criminosa, ao publicar um gráfico com a fala autorizada dos psiquiatras sobre o caso de Farah, enfatiza a existência de um personagem monstruoso que é considerado incapaz de qualquer integração social, embora Farah tivesse uma vida regrada pela ordem. Uma das primeiras descrições do repórter nesta matéria sobre Farah foi: "Encontrei um homem de aparência frágil, de boné, com a espinha levemente curvada pelo uso de uma bengala, fala mansa, que se considera vitima da incompreensão social (...) Olhares e palavras, ora em tons frágeis, ora irônicos – sugerem que, muitas vezes, ele diz bem menos do que gostaria.(...) Farah evoca imagem de um velhinho simpático, como os que

jogam dominó nas pracinhas do interior. Por não corresponder ao estereótipo dos assassinos sua presença é perturbadora. Em nenhum momento quem está em sua presença deixa de se perguntar como aquele homem tão dócil foi capaz de cometer um crime tão bárbaro."

Aqui, fica a ideia ambígua da normalidade. Até que ponto podemos dizer que alguém é normal? Por este questionamento, leva-se em conta o lugar do misterioso, do mal que não se explica, e que aquilo que demonstra normalidade e ingenuidade pode também representar um grande perigo para a sociedade.

O primeiro comentário sobre o caso de Farah publicado na matéria é do viúvo de Maria do Carmo, João Augusto de Lima, que diz que a liberdade do assassino de sua ex-esposa é um descaso da justiça com a família, ou seja, a preocupação com a proteção da ordem social pela família. A família é uma das instituições que recebe a maior proteção desses valores, pois entende-se que é a partir deste lugar, onde a origem do indivíduo se encontra, que será garantida a ordem de uma sociedade, sadia e construtiva.

No primeiro capítulo do livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã* e meu irmão, encontramos a descrição de um relatório do procurador do Rei sobre o crime de 1835. Ao tomar conhecimento do assassinato, a autoridade policial vai até o local do crime para coletar provas que confirmem a culpa de Pierre Rivière. O procurador toma depoimentos do pai e da avó do rapaz sobre o comportamento de Rivière. O relatório contém os hábitos e atividades de costume do rapaz que ajudam a traçar seu perfil criminoso:

solitário, feroz e cruel, eis Pierre Rivière encarado sob seu aspecto moral; é de certa maneira um ser à parte, um selvagem que escapa as leis da simpatia e da sociabilidade (...) (FOUCAULT, 1977, p. 10).

Percebemos nesse relatório que a confissão familiar é a principal referência para o reconhecimento da monstruosidade em Pierre Rivière e que a

família é o maior porta-voz dessa criação, pois ela é a referência de ordem. Neste sentido, as narrativas midiáticas, os discursos psiquiátricos sobre o mal velam a normatização da monstruosidade em prol da proteção da família como âncora da ordem social.

Pelos ideais da ordem familiar

Dos dez mandamentos bíblicos do livro de Éxodo ditado por Deus e escritos por Moisés no Monte Sinai, o quinto mandamento talvez seja uma das principais manifestações sobre proteção da instituição familiar conhecidas pelos homens que têm acesso ao mundo ocidental organizado pela potência do pensamento cristão. E consideramos que todas essas formas de normatizações sociais ocidentais nasceram dos princípios cristãos, e aparecem na forma de livros, que vão desfigurar a psicopatia dos sujeitos, ou na mídia, que vai construir esquemas que marquem o caráter dos assassinos. Com este mandamento, a autoridade divina dita a importância da ordem familiar para que os homens não se desviem e garantam sua vida na terra: "Honra teu pai e tua mãe para que se prolonguem seus dias na terra."

A família é, sem dúvida, dentre todos os mandamentos, a representação do lugar mantenedor da ordem, para que não haja pecado, e que em um lugar deste, exista harmonia e santidade. Para que o povo egípcio, que vivia no deserto sob a liderança do profeta Moisés, não se desviasse das ordens do grande pai celestial, era necessário se manter seguro em família. Quando analisamos todos os dez mandamentos, percebemos de fato a importância deste lugar, ao reconhecer que o quinto mandamento é o único em que se visualiza uma promessa. A autoridade do Deus supremo exige a honra dos pais pelos filhos e diz que só com respeito às autoridades familiares é que suas vidas por longos anos estarão garantidas. Dessa forma, fica livre da morte prematura o filho que respeitar seus pais.

O sexto mandamento "Não matarás" é objetivo. O homem que não

matar o outro não recebe nenhuma promessa de vida. Se essa ordenação sobre assassinato vem logo após o mandamento sobre a importância da honra à autoridade familiar, podemos concluir que o crime de parricídio é o maior dos pecados humanos, segundo os cristãos, pois ele une duas formas de desautorização da ordem ao mesmo tempo, a de não honrar os pais e a de matar. Podemos resumir esta ideia dessa forma: honra teu pai e tua mãe que terás mais tempo de vida e não mate em hipótese alguma, pois não tem chance alguma de salvação quem comete tal ato. Ou seja, matar os pais, portanto, é, diante dos mandamentos cristãos, que introduzem essa ideia de mundo da ordem, a desordem mais significativa.

A expressão usual "a educação começa em casa" demonstra exatamente esse lugar de autoridade familiar em manter a ordem social. É usada, inclusive, sob o efeito de repreensão a algo que se mostra desordenado. Quando uma criança, um adolescente ou qualquer indivíduo demonstra má conduta social, ele pode ouvir essa frase como forma de repreensão. A casa é o lugar da educação, da ordem e, especialmente, da moral. Com isso, entendemos que este lugar submetido ao pai é o lugar ideal, o espaço de uma realidade perfeita e harmônica, onde há felicidade. Na falta desta harmonia, o caos se instala e causa horror e espanto social, como no caso de Pierre Rivière relatado por Foucault.

Uma das explicações para o ódio de Pierre Rivière com relação a sua mãe é de que ela perturbava seu pai com assuntos ligados ao contrato matrimonial. O marido, como chefe da família, era quem administrava sozinho o patrimônio da família que, segundo o Código Civil, deveria ter valor de igualdade para todos os herdeiros. A mulher, nessa época, como mostra Michelle Perrot no capítulo "A família triunfante", de *História da Vida Privada 4*, embora tivesse direito de igualdade de herança, não tinha o direito de cuidar de seus próprios bens.⁴ Nos relatos de Rivière, ele expressa algumas vezes que

⁴ A inferioridade do poder da mulher só vai mudar a partir de 1965 com os novos regimes matrimoniais. A partir desse momento é que a divisão dos papéis dos pais prende a responsabilidade da mulher dentro

cometeu o crime para livrar o pai das chateações de sua mãe: "Acabo de libertar meu pai, agora ele não será mais infeliz." Fica claro aqui o reconhecimento de Rivière, dessa autoridade do pai, que não poderia sofrer aborrecimentos.

Um artigo de jornal publicado no livro de Foucault relata a realidade da família Rivière:

(...) um acontecimento, ou melhor, um crime medonho, um triplo crime acaba de semear o pavor em nossa localidade: um Sr. Rivière, carreteiro, não se dava bem com sua mulher, de gênio difícil e que não mais queria viver com ele. Em consequência de suas tempestades domésticas os esposos Rivière viviam separados, e dos cinco filhos resultantes de seu casamento, a mulher ficou com dois e o marido com três, dos quais o mais velho é o autor do crime que lhes relato. Este jovem, que há algum tempo, segundo dizem, parecia não gozar de todas as suas faculdades morais, bem pouco desenvolvidas, aliás, vendo o pai ser alvo de aborrecimentos contínuos por parte da mulher, e querendo desembaraçá-lo disto, dirigiu-se esta manhã a casa de sua mãe, e armado de uma foice matou-a (FOUCAULT, 1977, p. 10-14).

Os ideais de harmonia não estavam presentes no lar de Pierre Rivière e, por conta disso, é que se localizou o grande mal ocorrido. O crime de Rivière também foi justificado pela falta de ordem do ambiente familiar do rapaz, como procura demonstrar logo nas primeiras palavras o fragmento do depoimento exposto acima. Aqui a monstruosidade de Rivière é de certa forma justificada pela falta de harmonia e pela desordem familiar de que ele fazia parte.

A segunda justificativa de Pierre Rivière por ter cometido o crime contra seus familiares também é muito significativa desse lugar harmônico da ordem. Assim que é encontrado no bosque onde fica foragido por um mês, após o assassinato, ele diz ter agido por ordem do céu. Fala de um encontro com Deus e seus anjos e que este havia lhe dito para que cometesse tal atrocidade com sua mãe e irmãos. No primeiro interrogatório que Rivière participa o juiz

do lar, como patroa, ficando para o marido apenas a responsabilidade de sustentar a casa. Mas a mulher, mesmo conquistando seu lugar de autoridade e separando o lugar do pai, que ganha maior autonomia e individualidade, ainda carrega a ideia de submissão ao pátrio-poder do marido. Mesmo este estando na maior parte do tempo fora de casa, é ele quem dá a última palavra nas decisões familiares.

lhe pergunta por que ele havia matado sua mãe e irmãos e ele responde que Deus o havia ordenado matá-los, pois eles estavam unidos contra o seu pai. Rivière cita mortes bíblicas do livro Velho Testamento, em que Deus ordenava a Moisés cometer assassinatos. Que outra justifica mais próxima da ideia de ordem teria Rivière para se defender se não aquela que indica a maior representação de harmonia e ordem, a figura de um pai supremo, rei dos reis, acima de todos, chamado Deus? Como foi visto na introdução deste capítulo, Deus é uma das maiores referências de ordem, especialmente familiar, conhecidas pelos homens que seguem os valores do cristianismo.

Em *A natureza do bem*, Santo Agostinho deixa clara essa ideia de Deus como ordem absoluta ao dizer: "Deus é o bem supremo, acima do qual não há outro." Foi a partir dessa ideia de bem supremo que a humanidade ocidental se orientou para construir o mundo civilizado da ordem social.

Nós, os cristãos católicos, adoramos a Deus, de que, procedem todos os bens, grandes ou pequenos; d'Ele procede todo e qualquer modo, grande ou pequeno; (...); d'Ele procede toda e qualquer ordem, grande ou pequena (AGOSTINHO, 2005, p. 5).

Santo Agostinho fala sobre três tipos de bens gerais que são encontrados como características do bem superior, o bem de Deus. Esses bens são constituídos de modo, espécie e ordem. Para Santo Agostinho, o mal é a corrupção desses três bens, e o único bem incorruptível é o "Sumo Bem", como ele chama o próprio Deus.

Com isso, entendemos o depoimento de Rivière, pois, justificando seu crime pela ordenação do bem supremo, ou seja, de Deus, ele não havia de ser condenado por seu ato criminoso. Rivière tenta ofuscar o grande mal que cometeu com referenciais de ordem. Se é a ordem suprema, o "sumo bem" divino que o incrimina por cometer um crime contra sua família, por que não ser também esse bem o mandante, a maior referência para que ele tenha cometido o crime? A lógica de poder discursivo sobre ordem se desloca nesse momento. Não seriam, então, os discursos da ordem uma construção cultural

que, dependendo do lugar de fala, pode mudar de posição? Os discursos sobre o bem, Deus, ou ordem, mesmo com todo peso histórico de construção de uma sociedade limpa, higienizada, educada e modelada por regras, podem ser interpelados por discursos que reinventam o lugar dessa ordem e modificam também as aparências de desordem.

No dia 10 de novembro de 2002, o *Fantástico*, a revista televisionada pela Rede Globo todo domingo, reporta o caso do crime dos Richthofen. O texto diz o seguinte:

A porta do escritório é aberta pela primeira vez, nos últimos dez dias. A cadeira está vazia. Sobre a mesa, a agenda de reuniões. As últimas anotações. E o porta-retrato com fotos. Muitas fotos. De uma família feliz. família aristocrata alemã. Sobrinho-neto de um herói da Primeira Guerra Mundial, "Manfred era aquele jeitão seco, com tiradas de bom humor, um gozador. Era esse o perfil dele", lembra Sérgio Luiz Gonçalves, presidente da empresa Desenvolvimento Rodoviário (Dersa), de São Paulo. Mandred Von Richthofen era diretor da Dersa. A mulher, Marísia, era psiquiatra. Tinham dois filhos, Suzane e Andreas. **Uma família**. Até a madrugada de 31 de outubro. "Eu ainda estou de perna mole, desde a hora que eu vi a notícia na hora do almoço", diz Sérgio. A notícia que chocou o amigo de Manfred também indignou o país. O engenheiro e a mulher foram assassinados com golpes na cabeça enquanto dormiam. Um crime brutal, planejado pela filha do casal. "Ela acabou confessando com riqueza de detalhes todas as circunstâncias em que ela praticou o crime", comenta o delegado Domingos Paulo Neto. (...) O pai de Suzane era descendente de uma família aristocrata alemã. Sobrinho-neto de um herói da Primeira Guerra Mundial, o Barão Vermelho, Manfred tinha orgulho desta obra: a mansão que construiu para a família.

O Fantástico faz uma tradução do crime contra um dos pilares da sociedade burguesa, o assassinato do casal aristocrata, os Richthofen, mortos pela própria filha. Uma não explicação para o crime cometido por uma jovem estudante, que teve todas as condições de educação que uma família rica pode ter, leva seu ato a ser justificado pela existência de uma maldade interior humana que é impossível de ser identificada, a não ser quando um crime desse tipo ocorre.

A cultura midiática, assim como qualquer outra cultura, tem sistemas de classificação que interagem com nossos hábitos mentais enraizados pela

própria experiência cultural. A mídia de modo geral é uma instituição reguladora da ordem social e protetora da tradição, e trabalha para que a normatização e os sentidos morais de ordem permaneçam na cultura social.

Algumas cartas dos leitores publicadas no mês de novembro de 2002 pela *Folha de S. Paulo*, dias depois da confissão do crime de Suzane Von Richthofen, podem ilustrar melhor esse assunto, pois o jornal seleciona cartas de opiniões de leitores que certamente se aproximam da lógica de posicionamento do jornal diante da sociedade:

Assassinato dos pais

"O caso de Suzane e de muitos outros que matam familiares, professores, amigos, vizinhos mostra o quão errada está a educação que estamos dando a esses jovens. Com o aumento do número de mães que trabalham fora e o mimo exagerado na tentativa de compensar a ausência, formam-se crianças e adolescentes despreparados para derrotas. A palavra "não" dita no momento certo é a maior prova de amor que uma pessoa pode oferecer. Vamos usá-la de maneira inteligente e formar pessoas que consigam aceitar a negação como algo natural que faz parte da vida." **Satiko Motoie Simmio** (São Paulo, SP)⁵

Essa fala nos mostra como a consciência coletiva ganha lugar na mídia como ênfase de uma receita para se manter a ordem e para que outros desvios como esses não ocorram na sociedade. Quando o leitor fala da importância de dizer "não" ele está apenas pregando a crença de um tipo de educação que em sua sociedade ocidental se condicionou como ideal. Nessa carta fica muito clara a ideia de importância da formação e educação como princípio básico para se manter a ordem.

Conclusões

É impossível falar da família como instituição social e não lembrar das ideias do sociólogo Emile Durkheim, que pensou a sociologia como a ciência das instituições. A família, portanto, é um objeto importante para Durkheim apresentar as crenças e comportamentos da coletividade humana como fato

⁵ Folha de São Paulo, 11 de novembro de 2002. Painel do Leitor.

social. Para ele, os fatos sociais são os elementos exteriores aos indivíduos que os fazem viver sobre forma de coerção. O indivíduo não nasce com crenças e valores, mas ele aprende a conviver com tais fatos que lhe são apresentados como comportamentos ideais a ser seguidos para que faça parte da coletividade. As pessoas nascem dentro de um meio coletivo que tem um caráter social, memória comum e modos de agir que exercem autoridade sobre os sujeitos para que estes se enquadrem na sociedade.

Durkheim acreditava que todo o trabalho de coerção exterior na preparação do indivíduo para vida em sociedade se dá a partir da educação. Assim, a receita de Erasmos não é nada menos do que o que Durkheim vai chamar de "socialização metódica", em que as crianças passam pelo constrangimento de seguir regras de comportamento para que cresçam sob a ordem regulamentada da sociedade onde nasceram. Para Durkheim, é uma ilusão, inclusive, considerar que a família ou a escola educa suas crianças conforme suas próprias vontades, pois existe um mundo social que preestabelece as regras da ordem a ser seguidas e forçam, assim, o indivíduo a comportar determinados valores. A educação é a via mais simples para se entender como o homem se insere na sociedade.

Ao nascer, mergulhamos numa sociedade com valores e ideais que não podem ser modificados com facilidade, pois são vividos coletivamente. Durkheim diz que não existe uma forma de nascer fora da sociedade. Com isso, se nascemos em família e sob todos os valores que a compõe, temos um único caminho que é o de viver conforme os valores partilhados por ela em sociedade, sendo que a família é a instituição representante dos valores morais dessa coletividade. Mas, ao mesmo tempo, Durkheim entende que por mais que o indivíduo nasça no ambiente recheado de fatos sociais, isso não quer dizer que este se mantenha preso a tais regras sempre e que não as possa modificar. Para Durkheim, os fatos sociais coagem os indivíduos a adotar determinados tipos de condutas, seja na maneira de ser, com imposição de dogmas e regras morais, seja na maneira de atuar no mundo com opiniões

baseadas na experiência do senso comum.

Falamos aqui do discurso de verdade como uma forma doce de manter a ordem, mas é importante frisar que são os fatos morais que produzem esse formato agradável aos discursos. Citando Durkheim, Tânia Quintaneiro vai dizer o seguinte:

Inegavelmente coativas, elas (as regras morais), no entanto, mostram outra face, ao se apresentarem como "coisas agradáveis de que gostamos e desejamos espontaneamente". Estamos ligados a ela, "com todas as forças de nossa alma". A sociedade é nossa protetora e "tudo o que aumenta sua vitalidade eleva a nossa", por isso apreciamos tudo o que ela preza (QUINTANEIRO, 2003, p. 75).

O que importa é entender que Durkheim mostra que, ao mesmo tempo que as instituições sociais como a família se impõem com suas regras sagradas da ordem e nos coagem com sua autoridade moral, nós nos enquadramos a elas com desejo de vivê-las. Durkheim fala sobre dois tipos de consciência. A primeira consciência é aquela comum a todos, que não representa a nós mesmos, mas toda ação da sociedade em nós. A segunda diz respeito à consciência individual que só representa o que temos de pessoal. A consciência coletiva vai construir o pensamento do cidadão que vive em sociedade.

Para Durkheim, esse tipo de consciência é moralizador e substitui as piedades religiosas por uma piedade social. Nada mais são do que os apelos à moral, à crença dos valores comuns a todos que idealizam o mundo da ordem. O doce discurso da família e da mídia, como porta-voz social, irá reproduzir um mundo de imagens e crenças comuns como forma de significação de uma sociedade ideal e, assim, reforçar seus valores. São os fatos morais que sustentam os elos da vida em coletividade e servem como instrumentos de manutenção da ordem.

Mas o que cria essa separação entre normalidade e anormalidade,

ordem e desordem, sensatez e psicopatia? Qual é a grande força que concretiza essa separação?

Além da existência do medo do desconhecido, daquilo que não está nas regras sociais a ser cumpridas, a própria existência dessas regras faz com que os mundos se separem dessa forma. Mary Douglas (1991) diz que se enxergarmos a diferença entre dentro e fora, masculino e feminino, com e contra, iremos criar uma aparência de ordem. Porém, quando as noções de sagrado e impuro se apresentam como um lugar de exclusão, entramos na ideia de tabu. O tabu é o elemento demoníaco que não pode ser tocado, é o proibido, o misterioso, o consagrado e tudo que é considerado perigoso. Nossas concepções de impureza pertencem ao campo do tabu.

Essas regras no campo da instituição familiar pregadas tanto pelas literaturas normatizadoras dos sujeitos, quanto pela mídia, são mais que modelos a ser seguidos, são tabus determinados pela tradição cultural de preservação de um tipo de totemismo cultural, como demonstra Sigmund Freud (2005), a preservação dos ideais burgueses de família. Segundo o psicanalista em *Totem e Tabu*, as mais antigas proibições estão ligadas às leis do *totemismo*. O totemismo não surgiu apenas de uma necessidade dos povos primitivos de ter uma religião, mas das suas necessidades práticas e cotidianas, como um sistema social a ser seguido.

As mais antigas e importantes proibições ligadas aos tabus são as duas leis básicas do totemismo: não matar o animal totêmico e evitar relações sexuais com membros do clã totêmico do sexo oposto (FREUD, 2005, p. 41).

As duas leis do totemismo estão ligadas à família. Freud (2005) estuda as tribos australianas que, sem nenhum contato com outros povos, criam suas regras de conduta e constroem questões morais relativas ao casamento entre tribos do mesmo totem. O totem é a representação das tribos, que tem como símbolo um animal escolhido. A força dessa representação de autoridade não pode, de maneira alguma, ser destruída pelos membros do grupo. Freud

demonstra como os homens da caverna são bastante contemporâneos no que diz respeito à criação de tabus. Existe uma margem de proibições muito parecidas com os tabus que representam hoje nossa sociedade, embora não sejamos considerados povos primitivos.

Freud faz uma citação de Wundt que completa seu pensamento:

o tabu originalmente nada mais é que o temor objetivado do poder "demoníaco" que se acreditava fazer oculto em um objeto-tabu. O tabu proíbe qualquer coisa que possa provocar esse poder (...) (idem, p. 32).

Para Freud, as diversas sociedades antigas e também as modernas deveriam ser explicadas como *"remanescentes de uma época totêmica"*. O único lugar considerado inviolável para as sociedades primitivas era o lugar do parentesco, ou seja, os laços familiares deviam ser absolutamente preservados.

O lugar da ordem é o lugar do discurso de poder como vimos, e acima de tudo, o lugar desejado. O problema é que o tabu faz desse desejo um desejo impuro. Mary Douglas (1991) mostra que a impureza, ou a desordem, é uma ofensa contra a ordem e quando a eliminamos, estamos nos esforçando para organizar o nosso meio. Os modelos de classificação do mundo, elaborados pelo desejo da ordem, repugnam tudo que os contradiz, colocando o no lugar de impureza.

Para Douglas, é possível criar uma nova ordem em que a anomalia possa ser absorvida, mas existe uma questão de poder cultural, que vem da autoridade da fala pública sobre essa ordem, como no caso da novela de Gloria Perez, do livro de Ana Beatriz Barbosa, em todos a repercussão midiática sobre os casos de monstruosidade. Algumas categorias classificatórias que fazem parte do universo do senso comum são assuntos públicos e, por isso, tão difíceis de ser repensados. Não são postos em questão e, com isso, não se constroem hipóteses com relação aos acontecimentos que permitam a quebra da ideia de ordem e a aceitação de um

Revista EPOS Rio de Janeiro - RJ VOL.1 | Nº2 | Outubro 2010 | ISSN 2178-700X

mal que é invisível.

Terminamos, então, de acordo com Douglas, que fala que, mesmo sob a vivência de receitas, qualquer cultura ou sistema classificatório predeterminado pode sofrer alterações com acontecimentos que produzam anomalias e desequilibrem essas ideias. Não há, portanto, normatização midiática que permaneça estruturada, por mais que se tente, pois o mal é, em nossa cultura, sempre surpreendente. Matar o pai, esquartejar a amante, degolar a mãe ou apenas se fazer uma pessoa comum e destruir uma família, como a personagem de Gloria Perez, tudo isso vai causar impacto numa sociedade como a nossa que não busca resposta crítica para a complexidade humana como ela é, mas que se contenta com discursos normatizadores com pretensões de afastar o mundo do mal.

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, Santo. A natureza do bem. São Paulo: Sétimo Selo, 2005.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. Portugal: Edições 70, 1991.

DURKHEIM, E. Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1970.

. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1995.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

QUINTANEIRO, Tânia. Um Toque de Clássicos: Durkheim. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado*. Rio de Janeiro:

Objetiva, 2008.

Artigo recebido em 9/9/2010 e aceito para publicação em 05/10/2010.